

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.187.768 - SP
(2017/0266345-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : GILMAR MENDES MAGALHAES
ADVOGADO : MARCOS PAULO VILAR PEREIRA - SP352482
EMBARGADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : AURICÉLIA MARIA ALVES DA SILVA DUARTE E OUTRO(S)
- SP185449
CARLOS GUSTAVO BAPTISTA PEREIRA - SP176743
EDUARDO CHALFIN - SP241287
ILAN GOLDBERG - SP241292
DANIELA OBERS GIARDINA CHAMMAS - SP254635
ANTONIO JOSÉ MONTEIRO GASPAR - SP355928
EMBARGADO : OLX ATIVIDADES DE INTERNET LTDA
ADVOGADOS : MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO E OUTRO(S) -
SP146791
THIAGO SOARES SBANO - RJ180182

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por GILMAR MENDES MAGALHAES em face de decisão de fls. 371-373 (e-STJ), na qual neguei provimento ao agravo em recurso especial.

A parte embargante aponta que a decisão embargada "restou obscura, pois o embargado BANCO ITAÚ não impugnou em momento algum que criou conta corrente para estelionatários e que esta conta foi utilizada no golpe" (fl. 378, e-STJ). No mais, argumenta que deveria ser afastada a incidência da Súmula 7 desta Corte no caso, pois "a luz do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, objetiva, e, não se desincumbindo do ônus, como o caso concreto, é patente a obscuridade da decisão, sem que seja necessário qualquer investigação sobre as provas contidas nos autos, mas é matéria estrita de direito" (fl. 378, e-STJ). Menciona também que o dissídio jurisprudencial não foi analisado no presente caso.

Houve impugnação da parte embargada (fls. 384-385).

O recurso não merece prosperar.

Da leitura dos autos, não identificado, na decisão embargada, nenhum dos vícios necessários ao conhecimento dos embargos declaratórios, a teor do art. 1022 do Código de Processo Civil/2015, adstrito à correção de omissão, contrariedade,

obscuridade ou, ainda, erro material. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. IMPONTUALIDADE. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. EXECUÇÃO FRUSTRADA. DESNECESSIDADE. LIQUIDEZ DO TÍTULO. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA INCLUSÃO DO VALOR DOS ENCARGOS E ABATIMENTO DOS PAGAMENTOS PARCIAIS. ACLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. DESCABIMENTO. (...) 2. Ausentes as hipóteses insertas no art. 535 do CPC, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa já devidamente decidida. 3. Caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, ensejando a aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC. 4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa. (EDcl no AgRg no Ag 1073663/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 16/08/2011)

Observe que a decisão embargada abordou, expressamente, as questões que se pretenderam discutidas no especial, estando assim redigida naquilo que importa (fls. 372-373, e-STJ):

Com efeito, o Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (fls. 234-236, e-STJ):

Além disso, a responsabilidade do corréu ITAÚ UNIBANCO S/A deve ser afastada. Com efeito, pelo que se extrai dos autos, não há qualquer nexo causal entre a conduta do banco réu e os alegados danos causados ao autor.

Aliás, após o boletim de ocorrência lavrado pelo próprio autor, restou apurado no inquérito policial que a conta corrente em que foi depositado o valor de R\$ 20.200,00, para o pagamento da entrada do veículo, pertencia ao Sr. Paulo Antônio da Silva Monteiro (fl. 43) e não à GENERAL MOTORS DO BRASIL como afirmado na petição inicial.

E nem se alegue que o autor não tinha conhecimento de tal fato, pois o documento de fl. 24 aponta expressamente que o depósito deveria

ser realizado em nome do despachante financeiro identificado como “Dr. Paulo Antônio Da Silva Monteiro”.

Em depoimento prestado perante a autoridade policial constatou-se ainda que a conta foi aberta por estelionatários, com a utilização dos documentos do Sr. Paulo, que perdeu seus documentos no ano de 2013, sendo que jamais foi proprietário do veículo que supostamente foi vendido ao autor, tendo declarado ainda ser proprietário de uma bicicleta (fl. 43).

Significa dizer que não houve qualquer conduta do banco réu a permitir o golpe praticado por estelionatário, consubstanciada na falsa venda de veículo zero quilômetro por preço abaixo do mercado. (...).

Nesse contexto, diante do acervo probatório, a conduta do banco réu não foi capaz de gerar situações vexatórias, de humilhação ou qualquer outro transtorno ou desgaste emocional passíveis de indenização.

Com relação à irresignação do recorrente, conforme se verifica do trecho acima, o Colegiado estadual concluiu que o banco réu não praticou a conduta que conduziu o ora agravante a cair no golpe praticado por estelionatário, consubstanciado na falsa venda de veículo zero quilômetro por preço abaixo do mercado, ainda mais porque ficou comprovado nos autos que a conta corrente na qual foi depositado o valor para o pagamento da entrada do veículo pertencia ao Sr. Paulo Antônio da Silva Monteiro, o qual jamais foi proprietário do veículo supostamente vendido ao autor.

Dessa forma, se o recorrente não foi diligente ao comprar um carro zero cujo preço estava abaixo do mercado, tendo efetuado depósito na conta do Sr. Paulo e não na conta da GENERAL MOTORS DO BRASIL, não se pode imputar a responsabilidade civil à instituição financeira ora recorrida no caso, uma vez que não se evidencia nexo de causalidade entre a conduta do banco de ter aberto a conta corrente e o fato do ora agravante ter depositado o dinheiro em conta em nome de terceiro estranho ao pacto aparentemente celebrado entre as partes.

Nesse sentido, verifico que afastar a falta de configuração da responsabilidade civil da parte ora recorrida na presente demanda seria necessária nova investigação acerca dos fatos e provas contidos no processo, de modo que o recurso especial esbarra na Súmula n. 7 do STJ.

A incidência, novamente, da Súmula 7/STJ impede o exame de

dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Conforme deixei consignado na decisão embargada, a revisão do julgado de origem, quanto à conclusão do Colegiado local apresentada na hipótese, exigiria o reexame das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, cujo exame é inviável diante da incidência do enunciado sumular n. 7 desta Corte, pois, de fato, o banco réu não praticou a conduta que conduziu o ora embargante a cair no golpe praticado por estelionatário, consubstanciado na falsa venda de veículo zero quilômetro por preço abaixo do mercado, ainda mais porque ficou comprovado nos autos que a conta corrente na qual foi depositado o valor para o pagamento da entrada do veículo pertencia ao Sr. Paulo Antônio da Silva Monteiro, o qual jamais foi proprietário do veículo supostamente vendido ao autor. Dessa forma, se o recorrente não foi diligente ao comprar um carro zero cujo preço estava abaixo do mercado, tendo efetuado depósito na conta do Sr. Paulo e não na conta da GENERAL MOTORS DO BRASIL, não se pode imputar a responsabilidade civil à instituição financeira ora recorrida, uma vez que não se evidencia nexo de causalidade entre a conduta do banco de ter aberto a conta corrente e o fato do ora agravante ter depositado o dinheiro em conta em nome de terceiro estranho ao pacto aparentemente celebrado entre as partes.

Além disso, a parte recorrida, nas contrarrazões apresentadas às fls. 334-339 (e-STJ) cuidou de impugnar as alegações do ora embargante, afirmando que:

O preço atrativo se mostrou, na verdade, a armadilha usada pelo estelionatário para enganar o AGRAVANTE que, interessado em aproveitar a oportunidade única, não se cercou de quaisquer cuidados.

13. Tendo sido enganado, em grande parte por sua própria culpa ao não confirmar se a estória contada por telefone era verdadeira, busca responsabilizar as empresas pelos seus danos patrimoniais.

No mais, tal como foi registrado na decisão embargada, a incidência, novamente, da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que

falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

Assim, estando a negativa de provimento de agravo de acordo com a jurisprudência desta Corte e não havendo omissão na decisão embargada, mantém-se o julgado embargado.

Em face do exposto, não configurado vício na decisão ora embargada, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

